

ATA Nº 004 – 2017/2021 – ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DA PÓVOA DE VARZIM, BEIRIZ E ARGIVAI, DE 30 DE ABRIL DE 2018. -----

Aos trinta dias do mês de abril do ano dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, reuniu, na Delegação em Argivai, a Assembleia de Freguesia da Póvoa de Varzim, em sessão ordinária, presidida pela Presidente, Sandra Maria Araújo de Amorim, e secretariada por Maria Alice Pereira Ribeiro Monteiro e Joaquim Oliveira Carvalho. Verificadas as presenças, constatou-se estarem presentes dezanove membros: -----

Sandra Maria Araújo de Amorim -----  
Abel António Ribeiro Alves de Sousa -----  
Carla Isabel Marques Pinheiro Loureiro -----  
Carlos Alberto da Silva Frasco -----  
Estevão Marcos dos Santos Lima Guerra -----  
Francisco José Maio Ribeiro -----  
Hamilton Manuel Lopes Ribeiro -----  
Ilda Maria Flores Cadilhe -----  
Joana Vieira da Silva -----  
Joaquim Oliveira Carvalho -----  
Johnny Roberto de Sousa da Silva -----  
José Manuel Araújo Nogueira -----  
Lara Lúcia Dinis da Cunha Rocha -----  
Maria Alice Pereira Ribeiro Monteiro -----  
Maria de Fátima Torres Alves -----  
Maria Teresa Costa e Silva Sousa Cruz -----  
Mário Jorge Rodrigues Mateus -----  
Renata Pinto de Sousa da Costa Leite -----  
Vitor Fernando de Oliveira e Silva -----

A lista de presenças consta como anexo n.º 1 e fará parte integrante da ata. ---  
Estiveram presentes os seguintes elementos do executivo: -----

José Ricardo dos Santos Baptista da Silva, Presidente da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, Augusto de Castro Moreira, Tesoureiro, e os vogais Olíndina de Jesus Pereira Novo, Manuel da Silva Viana e Bruno Emanuel Oliveira Novo. Amadeu Matias da Silva, secretário, esteve ausente por motivos de saúde. -----

Secretariou a sessão a Assistente Técnica, Marilde Marisa Moreira Marques Moita da Silva, funcionária designada para lavrar as atas das reuniões da Assembleia de Freguesia. -----

A Presidente da Assembleia, Sandra Maria Araújo de Amorim, deu início à sessão, cumprimentando e dando as boas vindas aos presentes. Informou que a convocatória foi efetuada nos termos da lei e deu a palavra a Joaquim Oliveira Carvalho que leu o edital da convocatória. -----

**1 – LEITURA DO EDITAL DA ORDEM DE TRABALHOS -----**

A Ordem de Trabalhos da Convocatória foi a seguinte: -----

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----**

**PONTO UM - Informação da Presidente da Assembleia. -----**

**PONTO DOIS - Intervenções de carácter geral. -----**

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----**

**PONTO TRÊS - Apreciação e votação da Ata da Assembleia Ordinária de 28.12.2017. -----**

PONTO QUATRO - Apreciação e votação da Ata da Assembleia Extraordinária de 27.03.2018. -----

PONTO CINCO - Apreciação da informação do Sr. Presidente da Junta, referente aos meses de janeiro a março de 2018, de acordo com o art.º 9.º, n.º 2, alínea e) da Lei n.º 75/2013. -----

PONTO SEIS - Apresentação, discussão e votação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas do ano de 2017. -----

PONTO SETE - Apreciação e discussão do Inventário de bens da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai. -----

PONTO OITO - Apreciação e votação dos Regulamentos "Fundo de Emergência Associativo", "Obras ao Domicílio", "Apoio ao Movimento Associativo" e "Atribuição de Apoios Sociais". -----

PONTO NOVE - Apreciação e votação do pedido de prorrogação do prazo do acordo de cedência de terreno património da Junta à Associação de Solidariedade Social Argevadi. -----

PONTO DEZ - Autorização para celebração de Protocolo com o IEFP-Instituto de Emprego e Formação Profissional. -----

PONTO ONZE - Autorização para celebração de Protocolo com a ESRP-Escola Secundária Rocha Peixoto. -----

PONTO DOZE - Apresentação e votação de propostas de topónimo a atribuir a arruamento na freguesia de Argivai. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

**PONTO UM - Informação da Presidente da Assembleia.** -----

Sandra Maria Araújo de Amorim desejou que a Assembleia corra da melhor forma possível, evitando-se diálogos e conversas paralelas, com respeito mútuo e sã convivência. Pediu objectividade nas intervenções, para que não se exceda o horário legal e se possa concluir a sessão da Assembleia, que tem uma ordem de trabalhos extensa. Lembrou que o público terá de se inscrever no fim da Ordem do Dia e disse que se alguém pretender o documento do Regimento da Assembleia encadernado, é favor entregar no final os documentos que têm em sua posse. Leu vários requerimentos que recepcionou e informou que a todos enviou resposta de acordo com informações recolhidas junto do Presidente da União das Freguesias. -----

**PONTO DOIS - Intervenções de carácter geral.** -----

A Presidente da Assembleia, Sandra Maria Araújo de Amorim, deu a palavra aos deputados, respeitando a ordem de inscrição. -----

Ilda Maria Flores Cadilhe, do PS, cumprimentou os presentes e no uso da palavra, fez a intervenção que se transcreve: -----

"É bom estar em Argivai e participar na Assembleia nesta freguesia milenar, que regista uma rica história cultural e cujos costumes merecem ser divulgados para perdurarem no tempo. -----

Esta minha primeira intervenção é dirigida à Sra. Presidente da Assembleia, que infelizmente uma vez mais desrespeitou os seus Membros, ao marcar esta sessão para o último dia, suscetível de ponto e de possível ausência dos Membros. -----

O agendamento desta Assembleia também desrespeitou o Regimento, visto que este define uma ordem de rotatividade para o local de realização. -----

Os muitos documentos a considerar para esta Assembleia foram

disponibilizados no prazo estritamente legal para o efeito e a mais a Sra. Presidente não era obrigada, é certo. -----

Mas, se os membros da Assembleia que representam o PSD, que votam por orientação e por isso não precisam de preparar intervenções, nós, pelo contrário, somos conscientes da nossa responsabilidade e, a análise aos documentos é parte importante para preparação das Assembleias. -----

Reitero, por isso, uma vez mais à Sra. Presidente o apelo para que tenha maior cuidado quer no agendamento das Assembleias que na disponibilização dos documentos. -----

A Sra. Presidente tem como responsabilidade verificar se a ordem de trabalhos está suportada com todos os documentos necessários e impostos por lei. Apesar dos documentos que nos fez chegar para esta Assembleia parecerem muitos, ainda ficaram a faltar alguns e muito importantes. -----

Lamento este descuido, que já na última Assembleia se verificou. -----

A Sra. Presidente deve garantir que enquanto representante dos Membros da Assembleia, nos assegura todas as condições para desempenharmos devidamente a nossa função. -----

Esta Assembleia depositou em si um voto de confiança, quando a elegeu por unanimidade. -----

É lamentável a sua falta de autonomia, quer pela votação condicionada, quer por não dar um passo sem que seja remetido ao Presidente de Junta, mesmo quando se tratam de assuntos da sua inteira e exclusiva responsabilidade, como por exemplo, o Regimento que teve de ser verificado pelo executivo. -----

Quando nos dirigimos a si, Sra. Presidente, é de si que pretendemos obter respostas. -----

Nesta Assembleia, vemos de si uma total dependência da opinião do Presidente da Junta, ou seja, das diretrizes do PSD. -----

O Papel da Presidente da Assembleia é autónomo ao do Presidente da Junta e, sendo parcial por ter sido eleita pelo mesmo partido, deve procurar ser o mais imparcial possível. -----

Sra. Presidente, as duas últimas Assembleias foram de lamentar. -----

A Sra. Presidente colocou à aceitação da Assembleia propostas enquadradas nos pontos em discussão, algumas delas incluídas na ordem de trabalhos e, que por isso não careciam de aceitação. Tinham de ser discutidas pela Assembleia. A Sra. Presidente votou contra a aceitação de votos de protesto e de propostas dos membros da oposição de diversos partidos, não permitindo sequer a sua discussão. -----

Se por vezes a Presidente foi a primeira a votar contra, noutras foi a última e apesar do seu voto de qualidade, votou contra. -----

Manteremos o voto de confiança em si, Sra. Presidente, pelo que esperamos constatar uma mudança de posição. -----

Senão como pode esta Assembleia decorrer com respeito, civismo e espírito democrático, conforme, por si (e bem), requerido no início das Assembleias, quando é a nossa Presidente a bloquear a prossecução dos direitos dos membros da Assembleia? "-----

Abel António Ribeiro Alves de Sousa, do BE, cumprimentou os presentes e no uso da palavra, fez um voto de saudação ao dia 25 de Abril, que se transcreve: "O projeto político iniciado no 25 de Abril de 1974, alicerçado em políticas de igualdade, liberdade e fraternidade, deve continuar a ser a matriz sobre a qual tecemos a nossa vida coletiva. -----

Comemoramos o quadragésimo quarto aniversário do 25 de Abril de 1974, um dos momentos mais importantes da nossa História Coletiva. O vinte e cinco de abril não é apenas importante como uma data simbólica, mas também como um processo de transformação social que modelou o nosso presente. A vitória da liberdade e da democracia contra o fascismo e a opressão permitiram a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna. Com o 25 de Abril ampliaram-se os direitos de cidadania, implantou-se a democracia e desenvolveu-se o Estado social. Conquistou-se o direito à participação política, democratizou-se a educação, criou-se o Serviço Nacional de Saúde e garantiu-se o direito à habitação. A Constituição da República consagrou todos os direitos democráticos sociais e laborais conquistados. As conquistas económicas e direitos de cidadania alcançados com a revolução de abril não são irreversíveis e devem ser defendidos e protegidos contra a exploração laboral, as discriminações e a violência. Manter vivo o espírito de abril implica aprofundar a democracia e combater as desigualdades e a exclusão social. -----

O Observatório das Desigualdades publicou, em março, dados que revelam que nos últimos dez anos, como consequência da profunda crise económica e social que se viveu no país, as desigualdades aumentaram, afetando principalmente as populações mais vulneráveis e desprotegidas. O desemprego e precariedade laboral são ataques aos direitos dos trabalhadores e um obstáculo à liberdade. Temos de ser firmes no seu combate. Não há verdadeira democracia quando a desigualdade e a exclusão social afetam ainda tanta gente no nosso país, privando-a de muitos dos direitos básicos que abril nos deu. As discriminações com base no género, na orientação sexual e nas características étnico-raciais perpetuam estereótipos, promovem a desigualdade e limitam o acesso a direitos. A prática destes atos é um obstáculo à democracia e à liberdade individual. O racismo e a xenofobia comprometem os direitos, reduzindo a cidadania daqueles que são percecionados como “outro”, debilitando a democracia. A diversidade étnico-racial da sociedade portuguesa deve ser acolhida e respeitada, garantindo a todos os cidadãos nascidos em território nacional a nacionalidade portuguesa. -----

As políticas de imigração criam inúmeras dificuldades aos imigrantes, que tanto contribuem para o desenvolvimento social e económico do país. Estas dificuldades são muitas vezes potenciadoras de situações de discriminação e desigualdade, colocando-os à margem do tecido social nacional e cerceando a sua participação política, ao não lhes ser permitido, na maior parte dos casos, elegerem e serem eleitos, pedra basilar da democracia representativa que abril instaurou. -----

O projeto político iniciado no 25 de Abril de 1974, alicerçado em políticas de igualdade, liberdade e fraternidade, deve continuar a ser a matriz sobre a qual tecemos a nossa vida coletiva, orientando a implementação de políticas públicas que garantam direitos iguais para todos, não deixando ninguém para trás. “----- Abel António Ribeiro Alves de Sousa, do BE, no uso da palavra, apresentou um voto de protesto que se transcreve: -----

“VOTO DE PROTESTO SOBRE: Ata N° 016 da reunião extraordinária da junta de freguesia da União das freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, de 15 de março de 2018. -----

Refere a ata no ponto 4, correspondência recebida. -----

1- O senhor Presidente disse ao executivo ter recebido da CADA-Comissão de

Acesso aos Documentos Administrativos, uma queixa apresentada naquela comissão pelo membro da Assembleia de Freguesias Sr. Abel de Sousa, onde alega nunca ter obtido resposta ao pedido de consulta de alguns documentos do foro administrativo. -----

2- O Sr. Presidente disse ainda que, o Sr. Abel de Sousa lhe dirigiu vários requerimentos e aos quais sempre respondeu. Disse também, que o recebeu na sede e lhe prestou todos os esclarecimentos aos seus requerimentos e que também duas funcionárias da delegação norte lhe disponibilizaram a documentação solicitada para consulta. -----

Em boa verdade; -----

1- O que o deputado da assembleia Abel Sousa, requereu ao sr. Presidente foi que lhe fossem enviados os documentos administrativos e não apenas a consulta, como refere o requerimento anexo na correspondência da CADA e que foi anexado à queixa apresentada pelo deputado. -----

2- Como nunca lhes foram enviados, assim como nunca obteve resposta por escrito da existência ou não de tais documentos naquela junta. -----

3- Mesmo assim, nas consultas que lhe foram facultadas, tais documentos não foram encontrados, de tal modo nunca lhe foram enviados. -----

4- Apesar das várias insistências por escrito e no dito encontro na sede com o Sr. Presidente, o deputado Abel Sousa sempre lhe solicitou que o fizesse por escrito e isso o sr. presidente nunca o fez. -----

5- O deputado Abel de Sousa, repudia a forma menos leal demonstrada por parte do Senhor Presidente da junta da União das freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, no relacionamento com os membros desta assembleia. -----

6- O deputado por este motivo e como forma a que se faça cumprir o estabelecido na Lei, foi obrigado a apresentar a respetiva denúncia, para que outras situações não se voltem a repetir. -----

Face ao sucedido e porque o senhor presidente da junta falta claramente à verdade; -----

O deputado do Bloco de Esquerda, apresenta este voto de protesto da ata da junta, acima mencionada e solicita à Excelentíssima Senhora Presidente desta Assembleia que este protesto seja incluído na ata desta sessão da assembleia de freguesia da União das freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai a realizar no dia 30 de Abril de 2018." -----

Renata Pinto de Sousa da Costa Leite, do PSD, cumprimentou os presentes e no uso da palavra, fez a intervenção que se transcreve: -----

"Há 5 dias atrás comemorou-se o 25 de Abril, feriado que tem por tema a Liberdade. -----

Enquanto lia esta ordem de trabalhos, pensei para mim mesma que não é com festas e festinhas que se comemora o 25 de Abril. -----

O 25 de Abril comemora-se fazendo todos os dias a luta pela liberdade e pela democracia. -----

E esta ordem de trabalhos é realmente um documento que testemunha o empenho deste executivo, em lutar pelos valores maiores do 25 de Abril. Valores que estão explanados no Artigo 1.º da Constituição da República Portuguesa, passo a ler: -----

" Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária." -----

É com grande orgulho que, lendo a ordem de trabalhos de hoje, vou identificando

ponto por ponto a execução desse desígnio: -----  
Um Presidente com a legitimidade absoluta, dada pela vontade popular das pessoas da Póvoa de Varzim, de Beiriz e de Argivai, que mesmo tendo a unanimidade do seu executivo para fazer uma auditoria às contas, as apresenta aos organismos públicos que são o maior garante da democracia: a Assembleia de Freguesia, o Ministério Público e ao Tribunal de Contas. -----  
O que é isto senão contribuir para a construção de uma sociedade livre? -----  
O próprio Regimento desta Assembleia, espelha a cultura democrática de uma Presidente eleita unanimemente, que abre a discussão a todos os partidos. E volto a reforçar os resultados eleitorais que deram ao PSD, maioria absoluta. --  
A partir de hoje esta Assembleia decorre regulada por um regimento discutido com todas as bancadas políticas e onde constam alterações e propostas de todos os partidos. É, portanto, também um Regimento que espelha a cultura democrática de uma Presidente da Mesa, apostada na construção de uma sociedade mais democrática, mais livre. -----  
Por fim, a nossa Constituição defende que a sociedade não deve ser apenas livre, mas também Justa e Solidária. -----  
E o ponto 8: "Apreciação e votação dos Regulamentos", vem exatamente de encontro a estes valores fundamentais da Constituição, que são os valores de Abril. Queremos uma sociedade Justa, e para ser justa as decisões não podem ser arbitrárias. Tem de haver regulamentos. -----  
Se queremos uma sociedade solidária, então temos de criar programas de ajuda social, programas de atuação em casos de emergência. -----  
Caros membros da Assembleia, também se comemora o 25 de Abril com Cravos e Jantares. Mas é esta a Comemoração do 25 de Abril que os Poveiros esperam de nós: -----  
Aqui, nesta Junta de Freguesia, comemora-se o 25 de Abril com coragem, com atos." -----  
Joana Vieira da Silva, cumprimentou os presentes e no uso da palavra, fez a intervenção que se transcreve: -----  
"Venho mais uma vez pedir que se tenha atenção tanto à recolha de lixo em Argivai bem como a iluminação e limpeza das ruas, coisas simples, mas que em muito melhoram e dignificam a qualidade de vida dos argivaienses. Apesar dos poucos meses do Executivo em funções, penso que estas são questões importantes e que poderão ser incitadas diligências rapidamente perante quem tem responsabilidade da execução destes serviços. São já temas recorrentes tanto aqui na Assembleia como em reuniões de Junta. São assuntos que preocupam os argivaienses e que merecem a devida atenção. -----  
Gostaria de seguida de realçar o esforço feito pelo executivo relativamente à limpeza dos terrenos conjuntamente com a Câmara Municipal e a Proteção Civil, visto ser um assunto sério e urgente, para assim manter a cidade limpa e sobretudo sendo muito importante na prevenção de incêndios. Queria destacar também que derivado deste tema, foi dado conhecimento em reunião de Junta já se estarem a efetuar diligências para um acordo com uma proprietária para cedência de uma parcela de terreno para alargamento da Rua Nova de Casal do Monte, em Argivai. Uma medida que a cumprir-se, trará melhorias na circulação dessa mesma rua, tanto para os moradores, como para todos que por lá circulem. -----

Por último e não menos importante, gostaria de saber como está a situação do Parque Infantil em Argivai. Temos um exemplo da freguesia da Estela em que já procederam à instalação de um parque para as crianças e mesmo na cidade, já encontramos equipamentos do género. Há uns anos retiraram o existente em Argivai, mas penso que a solução não foi a melhor. Proceder à instalação do Parque Infantil e seu equipamento de segurança envolvente será uma solução que beneficiará a freguesia e irá trazer alegria às crianças.” -----

Mário Jorge Rodrigues Mateus, cumprimentou os presentes e apresentou uma Moção sobre o 44º aniversário do 25 de Abril e comemorações do 1º de Maio, que constará como anexo nº 2 e fará parte integrante da ata. -----

Francisco José Maio Ribeiro, cumprimentou os presentes e disse não ser esta a primeira vez que estão na sala de Argivai, mas é a 1º vez deste mandato. Dá os parabéns pela realização do Torneio Ovo de Páscoa 2018 e que ficou muito contente por ser organizado pelo Professor Liberal, que tal como ele, também entende o desporto como recreação, o que considera fundamental neste Torneio que envolve crianças e jovens, onde o erário público dá prazer às crianças, com respeito e proporciona formação adequada. Ficou também por continuar o Torneio “Ovinhos” e afirmou que quando necessário, poderão contar com o seu apoio e colaboração. Desejou melhoras ao Amadeu Matias da Silva e pediu ao Presidente do Executivo que fosse portador das mesmas e transmitisse a Amadeu Silva o seu cuidado. Disse que já foi muito falado, até com o Presidente do Município em reunião efetuada em Argivai no mandato anterior, mas que continua sem existir a placa á entrada na Póvoa vindo da A28, que sinalize Argivai ou Póvoa de Varzim Sul. Solicita colocação de sinalização junto á bomba de gasolina em Argivai, pois ninguém respeita a “zebra” lá existente e viram diretamente para Vila do Conde ou para o hipermercado, agravando o risco de acidentes. Explicou que procura ler com atenção as atas do Executivo e que o conteúdo é pouco e nada informativo. Há muitos anos atrás descobriu que existiam 2 elementos do executivo presentes nas reuniões, quando um nunca lá ia e o outro já tinha falecido, e agora as atas dizem pouco, parecem atas de uma comissão de festas, começam e acabam sempre no mesmo horário, falam de assuntos de interesse que nada interessam á Junta e outras nem assuntos de interesse têm, fala-se na demissão do tesoureiro, que não tem disponibilidade para a junta e nem para a assembleia e pelos vistos não é bem assim, porque apenas pediu suspensão da assembleia. E muitos outros assuntos que nada informam sobre o essencial num executivo. Considerou engraçado Amadeu Matias dizer que é necessário intervir para não cair no esquecimento e para o povo não achar que está acomodado, mas lembra que ele já foi muitos anos presidente, continuou e continua no executivo e não resolve as situações mais prementes, tipo a estrada que vem de Rio Mau para Beiriz e que se encontra num estado deplorável. Por tudo isto diz que se calhar as reuniões são feitas por telefone, pois assim o presidente faz a ata como quer, todos assinam e não arranja maiores problemas, pois nada de importante se trata nas reuniões. -----

Johnny Roberto de Sousa da Silva, cumprimentou os presentes e no uso da palavra, fez a intervenção que se transcreve: -----

“Sr. Presidente, uma das maiores críticas da auditoria ao anterior executivo foi o não cumprimento dos procedimentos legais aos quais estavam obrigados, para a assunção de compromissos, e a falta de rigor no que diz respeito á elaboração dos documentos. -----

Será, que o Sr. Presidente corrigiu esta forma de governar esta Freguesia? -----  
VEJAMOS: -----

Sr. Presidente na ata n.º 10 traz em anexo um documento de modificação orçamental da despesa assinado pelos membros do executivo a 12 de dezembro no valor de 3460 euros, mas ao conferir todas as atas do executivo até março, e em especial as atas de 12 de dezembro e de 9 de janeiro, estas não têm nenhuma deliberação sobre o documento de modificação orçamental da despesa. -----

Afinal a onde foi a provada esta alteração orçamental, porque a acreditar nas atas em reunião de junta não foi. -----

Sr. Presidente na Ata n.º 13 – foi decidido pelo executivo pedir orçamentos para compra uma capinadeira e uma moto roçadeira na qual concordo com o procedimento, mas na acta 15 o presidente informa ao executivo que já adquiriu Mais uma vez presumo que o Sr. Presidente não cumpre os procedimentos de uma boa gestão, para começar pergunto, -----

Onde estão os orçamentos? -----

Qual o valor? -----

A quem comprou? -----

O motivo da escolha do modelo das máquinas e do fornecedor? -----

E para finalizar, onde está a deliberação do executivo a aprovar a compra das duas máquinas ao fornecedor em questão? -----

-Ata n.º 15 – o executivo abriu concurso para plataforma vortal para a aquisição de uma carrinha de 9 lugares. -----

Sr. Presidente Sobre a aquisição da viatura, podemos constatar na ata 19 que o executivo apreciou as várias propostas, e optou por comprar á empresa Confiauto de acordo com a proposta em anexo no valor de 28.786,98 euros, invocando que adquirem o veículo por ser mais espaçoso e versátil. -----

Sr. Presidente, -----

Onde estão os outros orçamentos para justificar a decisão do executivo de modo a permitir a esta assembleia apreciar as características das carrinhas propostas e os respetivos valores? -----

O preço não deveria também pesar na decisão da compra? -----

É este o rigor que tanto aclama para a atual gestão da Junta de Freguesia? -----

Sr. Presidente, estes três exemplos que apresentei, embora haja mais, confirma que o senhor, no que diz respeito ao cumprimento dos procedimentos legais, também não os está a cumprir. -----

Sr. Presidente, é importante que o senhor responda às questões que lhe coloquei”. -----

Johnny Roberto de Sousa da Silva, continuando no uso da palavra, fez a intervenção que se transcreve: -----

“Exmo. Sr. Presidente, o senhor na Assembleia de Dezembro mostrou um documento a informar que o governo ia dar as condições para que as Juntas de Freguesia pudessem regularizar os seus quadros de pessoal, integrando os trabalhadores em situação precária. Nesta mesma assembleia, o Senhor presidente afirmou que iria dar início ao processo de abertura de concurso. -----

Sr. Presidente, na última assembleia foi questionado sobre o processo da legalização do quadro de pessoal, e o Sr. Presidente respondeu que estava a tratar do processo. -----

Hoje, 30 de abril, depois de receber as atas, constatei que desde do dia 12 de dezembro até ao dia 10 de abril de 2017, não vimos nenhuma decisão do



executivo que tivesse como propósito a regularização do quadro de pessoal, nem temos conhecimento da publicação oficial da abertura de concurso para regularização do quadro do pessoal. -----

Sr. Presidente, esta situação preocupamos muito, porque para além do quadro do pessoal, esta junta tem sérios problemas quanto á sua legalidade dos contratos existentes, por conseguinte consideramos ser um direito dos trabalhadores ver a sua situação regularizada, por isso é importante que nos esclareça a situação. -----

Sr. Presidente, como sabe há prazos a cumprir, e ainda na nossa opinião essa regularização terá que passar por esta Assembleia. -----

Sr. Presidente, ficaríamos muito indignados, se mais uma vez o quadro de pessoal da junta de Freguesia não fosse regularizado por sua responsabilidade". Carlos Alberto da Silva Frasco, do PS, cumprimentou os presentes e no uso da palavra, fez a intervenção que se transcreve: -----

"Seguros dos Membros da Assembleia -----

Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia, nós como membros desta Assembleia, estamos ao serviço da freguesia sempre que somos convocados para as Assembleias ou para outras iniciativas da mesma. -----

Nesse Sentido, não estamos livres de acidentes. -----

-É por essa razão, que a Lei 29/87 de 30 de junho (Estatuto dos Eleitos Locais), prevê, no seu Art.º 17.º nº 1 que os Membros da Assembleia de Freguesia tenham direito a um seguro de acidentes pessoais. -----

Por isso, por se tratar de uma obrigação legal, recomendava que a Senhora Presidente da Assembleia fizesse as devidas diligências junto do executivo para tratar desta situação, salvaguardando futuras responsabilidades que possam existir à Junta de Freguesia. -----

Tomada de Posse -----

Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia, em relação à última Assembleia Extraordinária, a Senhora em vez de proceder à normal substituição dos Membros desta Assembleia que pediram a suspensão do Mandato, deu posse como efetivos aos novos Membros, que na nossa opinião suscita muitas dúvidas quanto ao seu enquadramento legal. -----

Por isso Senhora Presidente, agradecia que nos esclarecesse de facto a sua intenção neste procedimento, para que, e se necessário, se possa corrigir e clarificar algum mal-entendido, salvaguardando sempre os direitos dos membros que pediram a suspensão do Mandato. -----

Delegação de Competências no Presidente da Junta -----

Senhor Presidente da Junta, na Ata n.º 19, foi deliberado pelo executivo delegar no Presidente da Junta todas as competências possíveis de delegar. -----

Isto é das 50 competências da junta de Freguesia previstas na Lei 75 / 2013, Artigo 16.º do n.º 1 a Junta abdica de 34 dessas competências, e as delega no Sr. Presidente, ficando só com 16. -----

Mais, ainda nesta Ata a Junta também aprovou que o Sr. Presidente da junta a partir de agora poderá toda efetuar despesa até 2500 Euros. -----

Isto é, o Sr. Presidente da Junta, a partir de agora não precisa de autorização do seu executivo para realizar toda e qualquer despesa até ao valor de 2500 euros, em cada uma. -----

A Junta de Freguesia, é um órgão colegial, e como tal na nossa opinião todas as decisões deveriam passar por esse órgão, até porque para o bem e para o mal, são sempre todos responsabilizados. Por isso aceitamos que algumas das

delegações até possam fazer sentido, agora todas não, muito menos o valor definido como limite para despesa. -----

Por isso questiono os membros do executivo, se têm noção da responsabilidade da sua decisão. Não é pelo facto de delegarem as suas competências no Presidente que serão menos responsabilizados pela gestão da Freguesia. -----

Depois, se as coisas correrem mal, não se venham desculpar como os outros 2 Senhores do anterior executivo, que não viram nada, não decidiram nada e que o Presidente é que fez tudo, porque depois, a responsabilidade também é vossa. Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Membros desta Assembleia. -----

Isto é ilegal? Não! -----

Está previsto na Lei? Sim, e não é isso que está em causa. -----

O que não compreendemos é que esta delegação de competências e a autorização para realizar elevada despesa, não venha acompanhada de qualquer explicação por parte do Presidente e do seu executivo. -----

Isso sim, já não é normal e aceitável, e por isso o Sr. Presidente tem que responder às seguintes questões: -----

Quem apresentou esta Proposta? -----

As razões que levaram a esta decisão? -----

Porquê todas as competências previstas na Lei? -----

Porquê que o Senhor presidente da Junta pode autorizar despesa até 2500 euros cada, e não 500 ou 1000 euros, que já por si são valores elevados? -----

Sr. Presidente, permita-me a minha sinceridade, o Sr. é uma caixinha de surpresas, nunca nenhum Presidente desta união, e das freguesias que a compõem nunca se atreveram ir tão longe. -----

O Sr. com esta decisão, parece querer tornar-se num Novo ddt desta Freguesia. o dono disto tudo". -----

Lara Lúcia Dinis da Cunha Rocha, do CDS-PP, cumprimentou os presentes e no uso da palavra, apresentou algumas fotos e alertou para obras particulares a acontecer com utilização das pedras do Aqueduto de Santa Clara, questionando se existe autorização para tal e se a lei está a ser cumprida. Disse também que a última assembleia se focou sobre os resultados da auditoria e pergunta quais os atos adotados desde essa altura, se as irregularidades foram corrigidas e para quando uma auditoria sobre todo o mandato anterior? A sua intervenção constará como anexo n.º 3 e fará parte integrante da ata. -----

A presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Executivo, que no uso da palavra esclareceu que os crimes públicos têm de ser denunciados e se a deputada do CDS viu pedras dos Arcos de Santa Clara a ser utilizadas, deveria ter comunicado de imediato às autoridades, apresentando queixa, pois se essa é uma obrigação de qualquer cidadão comum, tratando-se de um elemento da Assembleia de Freguesia, maior obrigação será ainda. Informou que brevemente vão haver sessões de esclarecimento em Beiriz e Argivai, sobre recolha específica de vegetação e inertes. Disse que na rua Nova Casal do Monte, se irão fazer passeios e que o Parque Infantil não estará previsto para este ano, mas está em fase final o projeto e que dentro de dias irá começar no Bairro Soares da Costa uma área de lazer com bancos e fogareiros. Agradeceu os parabéns pelo Torneio Ovo de Páscoa. Informou que na Rua dos Balazeiros foram retirados os ecopontos, para criar desabitução da colocação de "Monstros", pois brevemente se irá iniciar a recolha porta a porta. Esclareceu que sempre que solicitam alguma informação, por mail ou ofício, responde pela mesma via e que quando é interpelado na Assembleia, nem sempre consegue

ter a resposta correta, pois não pode saber de tudo, nem responder de forma absoluta a todas as questões e se alguém quiser até verificar documentos, basta solicitar e terá acesso aos mesmos. Quando á delegação de competências, esclarece que o Executivo é um grupo coeso e leal, como tal confiam uns nos outros e todas as despesas que paga, são previamente aprovadas, sabe que dá um certo jeito á oposição fazer insinuações, mas avisa, que nem vai fugir com o dinheiro, nem isto é uma telenovela, é só o presidente de uma União das Freguesias a querer fazer o seu trabalho com transparência. Disse que tem a obrigação de responder ao Bloco de Esquerda, uma situação criada que considera desnecessária e desleal, mas que o faz em defesa do seu carácter e bom nome: -----

“Relativamente ao assunto em questão, vou passar a elencar os passos do processo de pedidos de esclarecimento e documentos, relativos a factos e processos anteriores à minha tomada de Posse como Presidente desta Junta de Freguesia: -----

Eu José Ricardo Silva, Presidente da União de Freguesias, marquei reunião com todos os líderes de bancada, dias depois de ter tomado posse, para dar conhecimento da situação em que se encontravam as contas da Junta. Era obrigado por Lei a fazer uma reunião com todos os líderes da Assembleia? Não. Eu, nessa altura, informei que algumas situações indiciavam más práticas administrativas e que o caminho a seguir era o da auditoria. -----

Recebo do Sr. Abel, representante do Bloco de Esquerda, um pedido estapafúrdio que implicava o envio de uma miríade de documentos. Como se tratava de documentação relativa a processos que estão a decorrer em tribunal, enviei-lhe o nº de identificação dos processos para que com a sua consulta pudesse concretizar os documentos pretendidos. -----

Dado que se mostrou indisponível, de modo a cumprir as minhas obrigações, coloquei duas funcionárias a reunir todos os documentos a que se refere o pedido do Sr. Abel. Elas organizaram tudo, com “post its” e separadores em 30 capas. Levaram uma semana a fazer este trabalho. -----

Era obrigado a fazê-lo? Não, não era. Porque o que diz a lei, é que é preciso especificar quais são os documentos que se pretende. Exatamente para que coisas destas não aconteçam. -----

Insatisfeito com o trabalho que teria para consultar as 30 pastas, que tinha pela frente, o Sr. representante do Bloco de Esquerda pediu para ser recebido e novamente voltei a reunir com ele. -----

Expliquei novamente, que ele tinha que me dizer o que queria, e passo a explicar em que consistia o pedido: -----

Contratos celebrados com as empresas fornecedoras dos equipamentos informáticos, sobre os quais impendem ou impenderam processos judiciais. ---

Não são apenas os processos a decorrer. São todos os que alguma vez existiram, recusando-se a fazer qualquer tipo de balizamento temporal. Mesmo depois de lhe ter dado os números dos processos em tribunal. -----

Plano de pagamento ou responsabilidades de crédito sobre o mencionado em 1. Com indicação das entidades credoras. -----

Como podem imaginar e disse-o até à exaustão, não pode haver planos de pagamento se os processos ainda estão em tribunal. -----

Ato de recebimento do material informático. Imagino que se refere ao caso com uma empresa de Renting. Expliquei que a assunção de recebimento era o próprio contrato de Renting. -----

Inventário da Junta de Freguesia e assinalado onde conste os referidos equipamentos informáticos. -----

O inventário exaustivo desta União de Freguesias foi entregue a 28 de dezembro. Um dos processos em Tribunal - e todos volto a sublinhar são anteriores à minha gestão - o que alega é exatamente que o equipamento não foi entregue. Isto já foi explicado na reunião com os líderes de bancada, já foi debatido e esclarecido aqui nesta Assembleia, ou seja, num processo em que a Junta alega não ter recebido o material, o Sr. Abel pede para o assinalarmos no inventário. -----

Por último pede num 5.º ponto, que lhe seja dito onde está nas instalações da Junta, o equipamento que não foi entregue, que não está no inventário e que levou o anterior Executivo a ir para tribunal recusar o pagamento alegando que o material informático nunca foi entregue. -----

Realço que a minha postura sempre foi a de fornecer toda a informação e que considero esta atitude abusiva e desleal.” -----

A Presidente da Assembleia, Sandra Maria Araújo de Amorim, afirmou estar surpresa e entristecida com os comentários de Ilda Cadilhe pois, além de ter promovido várias reuniões conjuntas para a revisão do Regimento da Assembleia, a que não era obrigada, tem prestado todo o tipo de esclarecimentos, escritos e não escritos, sempre que lhe são solicitados; referiu ainda que faz telefonemas prévios a informar e confirmar as datas das sessões da Assembleia, antes do envio da documentação, pelo que não se revê nas críticas que ouviu. -----

A Presidente da Assembleia colocou em Aceitação o Voto de Protesto que foi aceite por unanimidade. Colocado a Votação, foi reprovado por maioria, com 10 votos contra, 8 abstenções e 1 voto a favor. -----

A Presidente da Assembleia colocou em Aceitação a Saudação dos 44 anos do 25 de Abril e 1.º de maio, que foi aceite e votado por unanimidade. -----

Joana Vieira da Silva, do PS, apresentou declaração de voto, que se transcreve: “O Partido Socialista concorda com os princípios presentes, tanto na moção do Bloco de Esquerda, bem como apresentados pela CDU. -----

Este dia muito importante para Portugal, trouxe conquistas de valores e acima de tudo veio dignificar a luta pelos direitos de todos nós. -----

Falo do dia da Liberdade, do dia 25 de Abril. -----

Sendo assim e mais uma vez relembrando este dia importantíssimo para o nosso país, votamos a favor de ambas as moções. -----

Relembrar também o próximo dia 1 de maio, mais um marco na luta dos direitos de todos os cidadãos e que veio salientar os direitos e deveres dos trabalhadores.” -----

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

**PONTO TRÊS - Apreciação e votação da Ata da Assembleia Ordinária de 28.12.2017.** -----

A Presidente da Assembleia informou que a partir desta ata serão tomadas em consideração as sugestões apresentadas por Carlos Frasco, do PS, e que serão incluídas as listas de presenças e serão feitas transcrições integrais das intervenções, desde que as mesmas sejam entregues em papel até ao final da Assembleia e sejam depois enviadas por mail, em formato editável (Word), nos quinze dias seguintes à realização da sessão da Assembleia. -----

De seguida deu a palavra aos Membros, ninguém se quis pronunciar e a ata n.º 2, de 28 de dezembro de 2017, foi aprovada por maioria, com 18 votos a favor e 1 abstenção. -----

**PONTO QUATRO - Apreciação e votação da Ata da Assembleia Extraordinária de 27.03.2018.** -----

Ninguém se quis pronunciar e a ata n.º 3, de 27 de março de 2018, já parcialmente aprovada em minuta, após pequena correção solicitada por Ilda Cadilhe e aceite pela Mesa, foi aprovada por unanimidade, com 19 votos a favor.

**PONTO CINCO - Apreciação da informação do Sr. Presidente da Junta, referente aos meses de janeiro a março de 2018, de acordo com o art.º 9.º, n.º 2, alínea e) da Lei n.º 75/2013.** -----

A Presidente da Assembleia, Sandra Maria Araújo de Amorim, deu a palavra por ordem de inscrição. -----

Vítor Fernando de Oliveira e Silva, do PSD, cumprimentou os presentes e disse que estamos perante uma demonstração simples, com quadros elucidativos de receita e de despesa e respetivas percentagens. Louva a inovação, pois permite uma interpretação correta e sem dificuldades. Disse que o orçamento não é estático, que é dinâmico e que é de uma fase de adaptação, pelo que dá os parabéns ao Executivo. -----

Carlos Alberto da Silva Frasco, do PS, no uso da palavra, fez a intervenção que se transcreve: -----

"Na Assembleia de 28 de dezembro chamei a atenção para o facto da informação do Presidente não fazer parte da Ordem do Dia de acordo com a Lei que mencionei. -----

Situação esta, que se mantém, não obstante o ponto existir na ordem do dia e nos ter só fornecido a informação da situação financeira da Junta, também prevista na Lei. -----

Esta informação está prevista na Lei porque é uma forma de o executivo dar a conhecer à Assembleia, as atividades promovidas pela Junta, sejam elas de cariz Social, cultural, desportivo ou de investimentos do período em causa. E de explicar como decorreram, ou em que situação se encontram cada uma delas, o que foi feito e o que falta fazer, e se teve custo ou não e qual o valor. -----

Sr. Presidente, esta informação para si não é desconhecida, o Sr. enquanto membro desta Assembleia, recebia esta informação. -----

Por isso continuamos a não perceber as razões que o levam a omitir esta informação, não respeitando a Lei e o Direito à Informação dos Membros desta Assembleia, postura esta do Sr. Presidente que na nossa opinião deveria merecer o reparo da Senhora Presidente da Assembleia. -----

Em relação à informação Financeira, registo com agrado a sua apresentação e informação que nos é dada sobre a evolução da receita e despesa e as variações na taxa de execução, documento que considero ser importante porque nos permite acompanhar por período a execução orçamental do Plano e Orçamento. Mas ainda em relação a esta síntese na Página n.º 7, no último Parágrafo diz, e passo a citar: -----

"O resultado positivo gerado no primeiro trimestre de 2018, acrescido do saldo de gerência anterior (35.551,87), permite à autarquia transitar para o período seguinte com um sado de execução orçamental, no montante de 51.246,29)".

Fim de citação -----

Sr. Presidente, isto quer dizer, que ainda o Relatório e Contas não foi aprovado por esta Assembleia, e o Senhor já incluí o saldo de gerência no Plano e Orçamento. -----

Mais, o Sr. esqueceu-se que este valor só pode ser incluído no plano e orçamento de 2018 depois da Aprovação do Relatório e Contas, e só poderá ser introduzido no orçamento através de uma revisão orçamental, porque este valor é que vai aumentar o seu valor Global da receita. -----

E como é competência da Assembleia de Freguesia aprovar revisões orçamentais, o normal era o Sr. ter apresentado essa primeira proposta de revisão no ponto a seguir à votação do relatório e contas. -----

Tendo em conta que o senhor não o fez e o já incluí no orçamento, sugerimos que o corrija e na Próxima Assembleia de Freguesia apresente uma proposta de revisão orçamental para incluir o saldo de gerência. -----

A informação do Presidente, não obstante, o Senhor não ter enviado esta informação, vou recorrer às atas para colocar algumas questões, às quais espero uma resposta de V. Ex(a). -----

1.º - A Iniciativa do Carnaval Avós e Netos como decorreu e qual o seu custo?

2.º - O Protocolo com a Associação da Matriz de 1000 Euros, porquê que este protocolo não veio a esta Assembleia para efeitos de autorização, e com que contrapartidas foi celebrado? -----

3.º - Em relação a investimentos nestas freguesias, estão a decorrer ou previsto algum nos próximos tempos? -----

4.º - Na ata 15, de 28 de fevereiro, foi aprovado pelo executivo abrir concurso na plataforma Vortal para contratar um Serviço Profissional de Assessoria e Consultoria contabilística. -----

Na Ata 18 de 3 de abril, o Executivo aprovou adjudicar este serviço à Empresa Gesnort - Gestão de Empresas, Lda., por ajuste direto na plataforma, pelo Valor de 7.608 Euros Anuais. -----

Sr. Presidente, sobre este assunto agradecia alguns esclarecimentos: -----

É aprovada pelo executivo a contratação desta empresa pela Plataforma Vortal a 3 de abril. Mas segundo a Ata n.º 16, de 15 de março, 18 dias antes desta decisão de contratar a empresa, o Sr. Informa que a Gesnort no dia 27 e março, ia dar formação aos funcionários da Junta para o preenchimento do IRS. -----

Isto é, Sr. Presidente, esta empresa antes de ser contratada já estava a prestar serviços à junta? Esses serviços foram pagos ou esta empresa esteve à experiência? -----

Houve ou não mais propostas na plataforma Vortal? E se houve porquê que não foram apresentadas ao executivo para comparação? -----

Quais as razões que levaram a contratarem esta empresa? -----

Porquê que o contrato não foi apresentado no executivo e anexado à ata? -----

Quais os serviços que foram contratados a esta Empresa? -----

Qual da data de Celebração deste contrato e se o mesmo foi celebrado por 7.608 por Ano c/ IVA ou s/ IVA. -----

Sr. Presidente, esta informação a muito importante até porque como o Sr. sabe o anterior prestador de serviço de contabilidade efetuava este serviço por cerca de três mil euros anuais." -----

José Ricardo Santos Baptista da Silva, Presidente da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, informou que não existe termo de comparação, pois o antigo prestador de serviços de que falam, não prestava serviços de contabilidade, mas apenas de assessoria. Quanto à formação

prestada, foi ele, presidente, quem teve a iniciativa de ajudar os utentes no IRS, e mais tarde o Serviço de Finanças fez também o pedido, pelo que os funcionários tiveram que ter formação. Disse ainda que fizemos a adjudicação de serviços através da Plataforma Vortal, por questão de transparência, mas como sabe não eramos a isso obrigados. Quanto ao contrato com a empresa de contabilidade, pode facultá-lo a quem o solicitar. -----

Ilda Maria Flores Cadilhe Coelho, do PS, no uso da palavra disse que não está aqui em causa o fazer ou não o que foi prometido em campanha e que não estão contra a auditoria, o problema é a falta de informação. Sabe que têm de dar tempo e que também não se sente bem a pedir sempre documentos e /ou esclarecimentos, mas que estão com uma postura proactiva e construtiva, para melhorar e reduzir o tempo em assembleia. -----

#### **PONTO SEIS - Apresentação, discussão e votação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas do ano de 2017.** -----

A Presidente da Assembleia, Sandra Maria Araújo de Amorim, deu a palavra aos deputados, respeitando a ordem de inscrição. -----

Ilda Maria Flores Cadilhe Coelho, do PS, fez a intervenção que se transcreve: --  
"Começo a ser repetitiva ao classificar como pobre a informação que nos é prestada pelo executivo. -----

Reconhecemos que a adaptação a um cargo público; a tomada de conhecimento de processos e procedimentos e a reorganização que a mudança de Presidente implica, requer algum tempo, mas não pode servir de desculpa ou justificação para falhas grosseiras. -----

O ponto que agora apreciamos refere "apresentação, discussão e votação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas do ano de 2017". A Prestação de Contas apesar de incompleta temos, o Relatório de Gestão, não. -----

Mas também na Prestação de Contas do ano de 2017 faltam informações complementares. Falta uma análise aos resultados e, falta a posição do executivo que deve constar deste documento. -----

A Prestação de Contas não está assinada pelo Tesoureiro. Pode parecer mero formalismo, mas é grave, considerando que se trata do fecho de contas. -----

Não compreendemos como acusam o anterior executivo de diversas ilegalidades; o relatório de conclusões factuais aponta para diversas irregularidades e no final este executivo aprova por unanimidade a Prestação de Contas. -----

O cabimento de despesas é essencial para cumprimento do POCAL e o relatório de conclusões factuais identificou a falta de cabimento para despesas como irregularidade no período analisado. -----

Em ata, o executivo assume a aprovação das contas de 2017, referindo que só se responsabiliza pelas contas a partir de 21 de outubro. -----

Mas, Sr. Presidente, em 2017 também no período a que a si e ao seu executivo diz respeito foi feita despesa sem cabimento, sendo que uma delas foi mesmo a despesa com a auditoria e os serviços adquiridos. -----

A aprovação por unanimidade por parte deste executivo leva a pensar que aprovaram as contas para evitar que estas viessem a ser analisadas em detalhe pelo Tribunal de Contas. -----

O mapa de controlo orçamental da despesa não espelha a segunda parcela do valor da auditoria nem dos serviços complementares adquiridos, cujos pagamentos ficaram para 2018. -----

Não deveriam estes valores constarem neste mapa, nos compromissos por pagar? -----

Em 2017, já no período gerido por este executivo, foi assumida despesa para 2017 e 2018 e na Prestação de Contas nada é referido relativamente aos compromissos plurianuais. -----

Perante tanta incoerência, tanta falta de transparência, perante uma prestação de contas associada a uma auditoria que identificou diversas irregularidades e, que comprometeu não só o anterior executivo do PSD, como também o atual executivo do mesmo partido, votaremos contra. -----

Manter-nos-emos atentos e com o papel fiscalizador que nos cabe. "-----

Francisco José Maio Ribeiro, do CDS-PP, disse que em democracia não admite falta de educação e que a maioria não dá direito a falta de respeito. Solicita á Presidente da Assembleia que interfira quando necessário para que haja respeito pelos elementos da assembleia. Disse que a maioria tem a auditoria como bandeira, mas que existiam muitas irregularidades em que dois elementos desta maioria participaram e continuam como se nada tivesse acontecido e que não entende quando depois de tanta coisa malfeita foi detetada, o executivo conseguiu votar por unanimidade o orçamento. A sua intervenção constará como anexo nº 4 e fará parte integrante da ata. -----

Mário Jorge Rodrigues Mateus, da CDU, iniciou a sua intervenção dizendo que nesta assembleia se tem de ter em conta a opinião de três freguesias e sua população e que risadas de troça são para quando o presidente estiver com a sua família e amigos íntimos, pois aquilo não é o local certo para tal. -----

O Presidente do Executivo pediu para intervir e informou Mário Mateus que não lhe admitia semelhantes palavras. -----

No seguimento da intervenção, Mário Jorge Rodrigues Mateus, da CDU, disse que só com muito esforço se poderá designar os documentos que recebeu como Relatório de Gestão e Prestação de Contas, pois é um amontoado de números sem tratamento e que nada justifica o que estão a fazer, mesmo com muitas divergências que possam existir com a Junta anterior. Fez uma breve análise e disse que em nome da transparência e respeito institucional, considera que a Junta tinha obrigação de apresentar outro tipo de documento, pelo que votam contra. A sua intervenção constará como anexo n.º 5 e fará parte integrante da ata. -----

Renata Pinto de Sousa Costa Leite, do PSD, no uso da palavra, fez a intervenção que se transcreve: -----

"Serei breve e apresentarei três pontos muito sucintos: -----

Ponto 1. Este executivo apresentou um relatório de Prestação de Contas trimestral, documento este que não é exigido por lei. Demonstrando assim, uma maior transparência do que a que está prevista na lei. -----

Ponto 2. Destaca-se a grande diferença entre a atual gestão e a gestão anterior, pelo facto de se apresentar muito mais documentação destes últimos meses, do que do restante ano. -----

Ponto 3. Nesse sentido, e porque 80% deste documento se refere a uma gestão que não a do atual executivo, a bancada do PSD da Assembleia da União de



Freguesias da Póvoa de Varzim, de Beiriz e de Argivai, optou por se abster na apreciação deste documento. -----

Colocado a votação pela Presidente da Assembleia, o Relatório de Gestão e Prestação de contas do ano de 2017 foi aprovado por maioria, com 10 abstenções e 9 votos contra. -----

**PONTO SETE - Apreciação e discussão do Inventário de bens da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai.** -----

A Presidente da Assembleia, Sandra Maria Araújo de Amorim, deu a palavra aos deputados, respeitando a ordem de inscrição. -----

Joana Vieira da Silva, do PS, no uso da palavra, fez a intervenção que se transcreve: -----

“Gostaria de realçar as melhorias apresentadas na execução do Inventário que nos apresentam. Este documento já apresenta o valor dos imóveis, que será das informações mais importantes a ter presente nos documentos deste tipo. -----

Claro que ainda mais poderá ser feito, para se apresentar um documento com ainda mais qualidade. Destacar que os consumíveis não devem entrar, são coisas finitas, como por exemplo, vassouras, garrafas de gás, discos de corte, etc. que a curto prazo se esgotam, não devem fazer parte de um inventário. ----

Mas fica aqui denotada positivamente a atenção dada a este documento.” -----

Joaquim Oliveira Carvalho, do PSD, no uso da palavra, disse que constatou que afinal os funcionários da Junta sabem executar tarefas e que agora temos um documento que permite a todos saber em pormenor o que existe e que o documento poderá ainda ser valorizado. A sua intervenção constará como anexo n.º 6 e fará parte integrante da ata. -----

Maria Alice Pereira Ribeiro Monteiro, do PSD, no uso da palavra, disse que neste documento, foram identificados todos os bens móveis e imóveis e que vendo este e comparando com o de 2016, ou não estamos a falar do mesmo documento, ou não estamos a falar da mesma junta de freguesia. Estamos agora perante um documento sério, baseado na observação e verificação real e que apenas falta avaliar valores residuais, pelo que congratula os funcionários da junta por este trabalho e o novo tesoureiro. A sua declaração de voto constará como anexo n.º 7 e fará parte integrante desta ata. -----

**PONTO OITO - Apreciação e votação dos Regulamentos “Fundo de Emergência Associativo”, “Obras ao Domicílio”, “Apoio ao Movimento Associativo” e “Atribuição de Apoios Sociais”.** -----

A Presidente da Assembleia, Sandra Maria Araújo de Amorim, deu a palavra ao Presidente do Executivo, José Ricardo Silva, que fez a intervenção que a seguir se transcreve: -----

“O homem é um ser social, e o conceito de Liberdade tem implícito que só se é livre em sociedade. Sozinho o homem é um ser menor, recua para o mundo animal, que a sua própria racionalidade repudiou. Desde logo, se percebe, que a Liberdade não é um conceito absoluto. O meu direito acaba, quando começa o direito do outro. Ou seja, ser livre é também respeitar a liberdade do outro. Quero dizer que a liberdade é um conceito inter pares. Só existe entre iguais, e a garantia da igualdade entre os homens é a lei, a regra, o regulamento. O conceito oposto ao da liberdade e da igualdade é o da arbitrariedade. A arbitrariedade, para mim, é o principal defeito do poder, e o grande mal da democracia. A apresentação a esta Assembleia de 4 regulamentos que vêm criar *modus operandi*, que estabelecem as regras do jogo, pretende eliminar da equação, as

relações pessoais, os afetos, as empatias. Passa a haver regra, na atribuição de subsídios, regra no apoio social, regra nos programas de ajuda à população. Porque a Liberdade e a igualdade conduzem, ao desígnio último da Fraternidade. -----

E aqui estão elencados os três princípios fundamentais da Revolução Francesa e a organização hierárquica dos direitos, liberdades e garantias, da Constituição da Republica Portuguesa. -----

Apresento a esta Assembleia o Regulamento de apoio ao movimento associativo e o regulamento de Emergência associativa. -----

Finalmente jogamos todos com as mesmas regras e com todas as cartas em cima da mesa. Sem amiguismos, sem fidelidades. É preciso defender e fomentar as Associações. Porque não há valor maior do que a capacidade dum Poveiro trabalhar em União, trabalhar em conjunto para atingir um fim. -----

Se houver dúvidas lembrem-se sempre que ninguém faz sozinho o Ala-Arriba das Lanchas. -----

A ação social é uma prioridade desta Junta, e apresentamos dois regulamentos que estruturam a nossa atuação. Um que estabelece como são atribuídos os vários programas de apoio social. Outro que determina as regras para um programa revolucionário de apoio a quem precisa, procurando melhorar a qualidade de vida da população, através da recuperação das suas habitações. Porque outra característica estruturante dos Poveiros é a solidariedade.

Ninguém passa fome perto dum Poveiro, ninguém passa frio perto dum Poveiro. O Poveiro tem a generosidade dos pobres. E esta é uma Junta Poveira. -----

A generosidade dos pobres, é diferente da dos ricos, em duas coisas: -----

- O rico dá porque sente peso na consciência, o pobre dá porque carrega consigo o peso da mesma miséria. -----

- O rico dá aquilo que pode, o Pobre dá aquilo que precisa. -----

Assumo assim que sou Poveiro, na defesa da democracia e dos direitos fundamentais, naquele que é o nível mais próximo que o poder público tem do cidadão comum: a Junta de Freguesia.” -----

Carlos Alberto da Silva Frasco, do PS, no uso da palavra, fez a intervenção que se transcreve: -----

“Sr. Presidente, quanto à atribuição de Subsídios às Associações, sejam elas culturais, recreativas, desportivas ou de Solidariedade Social desta Freguesia, sempre defendemos que a sua atribuição deveria obedecer a regras claras, em nome da transparência, do rigor e imparcialidade na atribuição dos mesmos. Sr. Presidente, embora concordemos com este regulamento, na nossa opinião este poderia perfeitamente estar incluído através de um novo artigo no Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo, pois têm o mesmo propósito apoiar o Movimento Associativo, não obstante ser para situações de emergência.” -----

José Manuel Araújo Nogueira, do PS, no uso da palavra, fez a intervenção que se transcreve: -----

“Congratulamo-nos pela apresentação a esta Assembleia do regulamento de atribuição de Apoios Sociais. -----

No entanto entendemos por evidente a necessidade de acrescer ao seu conteúdo o tipo de apoio e de ajudas a prestar a quem se destina. -----

Será um apoio monetário? Será em géneros? Será em medicação? Em equipamentos? -----

É, pois, necessária uma clarificação para todos entenderem e mesmo para os visados saberem que tipo de apoio é que podem procurar nesta União de Freguesias. -----

Entendemos também que para esta despesa da autarquia, será conveniente acrescentar ao orçamento, uma rubrica com a dotação orçamental para este fim.”

Continuando, fez a intervenção que se transcreve: -----

“Somos de opinião favorável ao presente regulamento de Obras ao Domicilio, salvo nos pontos em que as exigências burocráticas dos documentos a apresentar, são de tal ordem, que para o extrato social a que é dirigido, torna inconsequente qualquer candidatura urgente. -----

A exemplo: os documentos médicos ou as despesas mensais do agregado, sabendo-se que as famílias nas condições de precaridade em que se encontram, raramente guardam uma fatura/recibo das despesas que efetuam. -----

Consideramos serem impedimento para uma candidatura urgente No Art.º 8.º, no ponto 1 - alínea c), d), e), bem como o ponto 2 – Os interessados, portadores de deficiência e doentes crónicos, para além da documentação solicitada no número anterior deverão juntar documento válido, comprovativo do grau de deficiência e/ou incapacidade. -----

Recomendamos que seja da competência da equipe técnica, fazer uma avaliação de todo o processo de candidatura e colocar de imediato à consideração do executivo para a maior celeridade que estas situações exigem.”

Mário Jorge Rodrigues Mateus, da CDU, no uso da palavra disse que não entende porque ficou tão ofendido o presidente da Junta, com as palavras que disse e o presidente respondeu que não tem porque envolver família em assuntos de assembleia e que Mário Mateus deve ter memória curta, porque numa assembleia há tempos atrás ficou muito indignado por o anterior presidente falar dum assunto que envolvia um seu familiar, mesmo sem ter sido citado a quem se referia. Na continuação, o deputado do CDU disse que queria saber quais são os apoios sociais que a junta fornece e que no caso de obras se poderia ir muito mais longe. -----

Carlos Alberto da Silva Frasco, do PS, no uso da palavra, fez a intervenção que se transcreve: -----

“Sr. Presidente, quanto a atribuição de Subsídios às Associações, sejam elas culturais, recreativas, desportivas ou de Solidariedade Social desta Freguesia, sempre defendemos que a sua atribuição deveria obedecer a regras claras, em nome da transparência, do rigor e imparcialidade na atribuição dos mesmos. ---

Por estas razões, concordamos com este regulamento, embora na nossa opinião alguns artigos poderiam ser melhorados, no sentido de o tornar mais claro. O que com a sua aplicação a todo o tempo e se necessário poderá acontecer. ---

No entanto apresentamos algumas sugestões que gostaríamos que fossem acolhidas. -----

1.º Este regulamento no nosso ponto de vista deverá sempre privilegiar as Associações, que apresentem o seu Plano de Atividades. -----

2.º no artigo 4.º no n.º 1, diz que os pedidos de apoio deverão ser formalizados até 15 de fevereiro de cada ano. -----

Ora, na nossa opinião os pedidos de apoio deveriam ser formalizados até 15 de outubro, para a sua inscrição atempada nos Instrumentos de Gestão. Este prazo, permitiria à junta ter uma noção mais exata do valor a inscrever na rubrica destinada aos Subsídios. -----

Quanto às Associações que fazem as suas Assembleias em janeiro e fevereiro, meses nos quais aprovam as suas contas e planos de atividades, a essas poderia ser permitido apresentar o pedido até 15 de outubro, mas com o compromisso de apresentar o plano de atividades até 15 de fevereiro do ano a que se destina o subsídio. -----

3.º - Neste regulamento também deveriam estar definidos, de forma clara, os critérios que serão utilizados para atribuir o valor dos Subsídios. Pois tornava este regulamento mais transparente e mais justo, para que, para todas as Associações, não houvessem dúvidas sobre o porquê de receberem (ou não) determinado subsídio. -----

4.º - Por fim, entendemos que neste Regulamento, também deveria existir um artigo, no qual a Junta de Freguesia, aquando da apresentação do seu Relatório e Contas se comprometesse a apresentar à Assembleia de Freguesia, para apreciação, um documento escrito sobre a execução deste Regulamento, onde constassem as Associações que Foram beneficiadas e os respetivos valores atribuídos, assim como as Associações que não foram beneficiadas e os seus motivos. -----

Sr. Presidente, estas são as nossas sugestões.” -----

Findas as intervenções, a Presidente da Assembleia, Sandra Maria Araújo de Amorim, colocou em votação os Regulamentos “Fundo de Emergência Associativo”, “Obras ao Domicílio”, “Apoio ao Movimento Associativo” e “Atribuição de Apoios Sociais”, e todos foram aprovados por unanimidade. -----

**PONTO NOVE - Apreciação e votação do pedido de prorrogação do prazo do acordo de cedência de terreno património da Junta à Associação de Solidariedade Social Argevadi.** -----

José Ricardo Silva, Presidente da União das Freguesias, apresentou a proposta de prorrogação de prazo de direito de superfície em benefício da Argevadi até final do mandato. A proposta constará como anexo 8 e fará parte integrante desta ata. -----

Ilda Maria Flores Cadilhe Coelho, do PS, fez a intervenção que a seguir se transcreve: -----

“Muito se prometeu à Argevadi, sobretudo nas épocas de campanha, mas pouco ou nada foi feito. Esta Associação tem sido muito maltratada pelas entidades públicas locais. -----

Estamos conscientes de que este é um assunto urgente e consideramos que a Junta não está a facilitar o processo. -----

Para esta Assembleia deveria ter sido trazida a posição e proposta do executivo para aprovação da Assembleia, mas o que nos é apresentado é ainda e só a votação do pedido de prorrogação. -----

Esta Associação e a sua missão são muito importantes para a freguesia de Argivai e para as pessoas. Merece respeito. -----

Louvamos a persistência dos seus representantes legais e de todas as pessoas que mantêm viva a esperança de ver a Argevadi em funcionamento. -----

Desafiamos o Sr. Presidente da Junta a intervir junto do Presidente da Câmara para esta resolução, uma vez que referiu que não seria por falta de dinheiro que a obra não seria feita. -----

Relativamente ao pedido de prorrogação votamos a favor e apelamos à resolução urgente da situação desta Associação." -----

Lara Lúcia Dinis da Cunha Rocha, do CDS PP, no uso da palavra disse que no pedido não é apresentada pela Argevedi a razão objetiva da impossibilidade de cumprimento do prazo anterior. Frisou que a intenção é votar a favor, mas disse ser obrigação do Executivo e Assembleia perceber os motivos da prorrogação. A sua intervenção constará como anexo 9 e fará parte integrante desta ata. ----

Maria Alice Pereira Ribeiro Monteiro, do PSD, no uso da palavra disse que se irá abster, pois é membro da Direção da Argevedi, para que a votação seja isenta de qualquer interesse pessoal. A sua declaração de voto constará como anexo nº 10 e fará parte integrante desta ata. -----

A Presidente da Assembleia, Sandra Maria Araújo de Amorim, colocou em votação a proposta que foi aprovada por maioria com 18 votos a favor e uma abstenção. -----

**PONTO DEZ - Autorização para celebração de Protocolo com o IEFP- Instituto de Emprego e Formação Profissional.** -----

Johnny Roberto de Sousa e Silva do PS, fez a seguinte intervenção: -----

"Sr. Presidente, quando aceitei em fazer parte de esta Assembleia, também aceitei ser responsável para com as minhas funções, executando-as de forma educada e humilde. Por estas razão peço ao Sr. Presidente que leve em atenção e em conta estas duas palavras "Educada" e "Humilde". -----

Sr. Presidente, registamos com agrado o envio dos protocolos à Assembleia de Freguesia para apreciação e votação, facto este, que não acontecia muito recentemente, e esperamos que a partir da presente data, o Sr. Presidente envie todos os protocolos à Assembleia de Freguesia para que esta os possa autorizar, e conhecer o propósito dos mesmos. -----

Gostaria ainda assim de colocar umas questões que servem para os dois protocolos. -----

Em que consistem estes dois protocolos? -----

Qual a sua finalidade? -----

Qual o papel da Junta de freguesia na realização dos mesmos? -----

Quais as contrapartidas para a Junta de Freguesia? -----

Sr. Presidente, como já disse, que o senhor envia as respostas por email. -----

Sr. Presidente afirmou aqui hoje, que já defendemos juntos a boa gestão e a transparência, sendo este facto verídico, também é verdade que conheço o seu modo evasivo de não discutir os assuntos que são incomodativos. -----

Sr. Presidente, a obrigação do executivo é colocar toda a informação nas atas com rigor, e anexar todos os documentos explicativos que consubstanciam as deliberações. -----

Também faço uma chamada de atenção à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia Freguesia, pois é de sua competência assegurar a entrega de toda a documentação inerente aos pontos da ordem de trabalhos, em conformidade com a lei." -----

Mário Jorge Rodrigues Mateus, da CDU, disse que pretende saber quais as contrapartidas destes protocolos e se as mesmas estão escritas em contrato e se quando se cedem salas qual o valor hora e utilização? -----

O Presidente, Ricardo Silva, disse que criamos uma sala de informática que apenas era utilizada 2 a 3 meses no ano e assim ficará sempre em funcionamento pois o programa Qualifica irá utilizá-la e o projeto informática para seniores passou a ter inscrições abertas durante todo o ano. Os valores do protocolo, estarão especificados nos contratos. -----

Johnny Roberto de Sousa e Silva do PS, agradeceu a explicação detalhada do Presidente e disse que as perguntas são conforme as respostas, quando as respostas dizem realmente aquilo que se perguntou, não ficam dúvidas. -----

A Presidente da Assembleia, Sandra Maria Araújo de Amorim, colocou em votação a proposta que foi aprovada por unanimidade. -----

**PONTO ONZE - Autorização para celebração de Protocolo com a ESRP-Escola Secundária Rocha Peixoto.** -----

Ninguém quis intervir e a Presidente da Assembleia, Sandra Maria Araújo de Amorim, colocou em votação a proposta que foi aprovada por unanimidade. ----

**PONTO DOZE - Apresentação e votação de propostas de topónimo a atribuir a arruamento na freguesia de Argivai.** -----

Joana Vieira da Silva, do PS, apresentou a proposta que se transcreve: -----

"Perante o ponto 12 desta Assembleia, em que nos sugerem apresentar propostas para um arruamento em Argivai, trazemos um nome que consideramos interessante para atribuir: -----

- Rua de Cassapos. -----

Visto ser um acesso às instalações da Agros que se situam no lugar de Cassapos e por ser um nome já antigo e que caracteriza aquela zona há anos. Uma das lembranças que muitos argivaienses poderão ter, é essa zona ser antigamente um retiro de brincalhões, onde as crianças faziam daqueles terrenos um espaço de pequenas aventuras e brincadeiras." -----

O Presidente do Executivo, apresentou uma proposta aprovada no Executivo, com a sugestão do nome: -----

- Travessa do Atlântico -----

A proposta constará como anexo 11 e fará parte integrante da ata. -----

A Presidente da Assembleia, Sandra Maria Araújo de Amorim pôs em votação as duas propostas. A proposta do PS – Rua de Cassapos – foi reprovada com 10 votos contra, 3 abstenções e 6 votos a favor. -----

A proposta do Executivo - Travessa do Atlântico - foi aprovada por maioria, com 10 votos a favor e 9 abstenções. -----

Mário Jorge Rodrigues Mateus, da CDU, fez declaração de voto, justificando por não estar identificado com a situação, não tendo por isso condições de decisão. Terminada a Ordem do dia, a Presidente da Assembleia solicitou inscrições para intervenção do Público. Inscreveram-se Rogério do Poço, Sêrgia Miguel e Manuel Matos. -----

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** -----

Período para intervenção do Público, com tempo limitado, desde que previamente inscrito, através dos Membros da Mesa. -----

A Presidente da Assembleia, Sandra Maria Araújo de Amorim, deu a palavra aos fregueses, previamente inscritos. -----

Rogério do Poço, no uso da palavra, disse que se perde muito com coisas sem importância para a população, mas que a política é mesmo assim. Disse estar triste porque o público é uma parte importante na assembleia de freguesia e não deveria ser relegado para último a dar opinião. Disse que condena atos de

marketing e que os editais e cartazes devem ser afixados em locais visíveis e não nos meios informáticos. Perguntou por quantos anos foi prorrogado o direito de superfície à Argevadi e disse que se devia controlar muito bem esse tempo. Afirmou que ser político é ser manhoso e que a auditoria serviu apenas de bandeira de campanha eleitoral, pois se a Junta aprovou as contas não percebe para que sêviram os resultados da auditoria. Lembrou ainda que o 25 de abril existiu, mas ainda há quem tenho medo de falar. Disse que não gostou do nome atribuído à rua em Argivai, pois considerava a outra proposta que foi derrotada - rua dos Cassapos - mais condizente com o lugar. -----

Sérgia Miguel, no uso da palavra, disse que não ia intervir, mas como foi citado o seu nome, resolveu mostrar quem era e afirmou que todos os itens que focou na sua intervenção em reunião pública do Executivo forma resolvidos, pelo que agradece. -----

Manuel Matos congratula-se pela Argevadi, da qual faz parte e agradece a prorrogação do prazo de construção e informa que já passaram pela falência de 3 empresas de construção ligadas à obra. Pede ao Executivo que apoie e que ajude a que a Câmara Municipal também os continue a apoiar. -----

Nada mais havendo a tratar, Sandra Maria Araújo Amorim, Presidente da Assembleia da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, agradeceu a presença e a paciência de todos e o facto de não terem abandonado a sala apesar da sessão da Assembleia ter sido tão longa, desejou a continuação de uma boa noite e deu por encerrada a sessão, às zero horas e vinte e cinco minutos. -----

De tudo para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Presidente da Assembleia da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, e por mim, Marilde Marisa Silva, que a redigi -----

A Presidente Sandra Maria Araújo Amorim

A Funcionária Marilde Marisa Silva